

SUMÁRIO

Introdução, 1

1 Direito processual constitucional, 7

- 1.1 Esclarecimentos iniciais, 7
- 1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo, 8
- 1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa, 10
- 1.4 Constituição e processo, 15
- 1.5 Princípios constitucionais sobre o processo, 19
- 1.6 Princípio da igualdade (isonomia), 19
- 1.7 Princípio da legalidade, 22
- 1.8 Princípio da irretroatividade da norma, 24
- 1.9 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, 26
- 1.10 Princípio da inafastabilidade da jurisdição, 29
- 1.11 Princípio do juiz natural, 30
- 1.12 Princípio do devido processo legal, 32
- 1.13 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 34
- 1.14 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, 36
- 1.15 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais, 37
- 1.16 Princípio da publicidade dos atos processuais, 39
- 1.17 Princípio do duplo grau de jurisdição, 41
- 1.18 Princípio da celeridade na tramitação dos processos, 43
- 1.19 Jurisdição constitucional, 44

2 Teoria da constituição, 47

- 2.1 Esclarecimentos iniciais, 47
- 2.2 Direito constitucional como ciência jurídica, 48
- 2.3 Direito constitucional como ramo do direito positivo, 49
- 2.4 Constituição, 53
- 2.5 Antecedentes da constituição, 56
- 2.6 Constitucionalismo e suas diversas fases, 60
- 2.7 Classificações das constituições, 64
- 2.8 Constituições quanto à origem, 65
- 2.9 Constituições quanto ao conteúdo, 66
- 2.10 Constituições quanto à forma, 68
- 2.11 Constituições quanto ao modo de elaboração, 69
- 2.12 Constituições quanto à estabilidade, 70
- 2.13 Constituições quanto à extensão, 73
- 2.14 Outras classificações, 74
- 2.15 Classificação da Constituição Federal de 1988, 76
- 2.16 Elementos da constituição, 77
- 2.17 Estrutura da Constituição de 1988, 80
- 2.18 Rigidez e supremacia da constituição, 82

3 Poder constituinte, 85

- 3.1 Esclarecimentos iniciais, 85
- 3.2 Poder constituinte: origem da ideia, 86
- 3.3 Poder constituinte originário, 87
- 3.4 Natureza do poder constituinte originário, 89
- 3.5 Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário, 90
- 3.6 Características do poder constituinte originário, 92
- 3.7 Poder constituinte derivado, 94
- 3.8 Características do poder constituinte derivado, 95
- 3.9 Poder constituinte reformador (ou poder de emenda), 97
- 3.10 Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988, 98
- 3.11 Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988, 101
- 3.12 Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional, 102
- 3.13 Poder constituinte decorrente, 104
- 3.14 Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente, 106
- 3.15 Poder constituinte derivado de revisão, 108
- 3.16 Poder constituinte difuso, 109
- 3.17 Princípio da simetria, 111
- 3.18 Recepção, repristinação e desconstitucionalização de normas, 112

4 Normas constitucionais: classificação, aplicabilidade e interpretação, 117

- 4.1 Esclarecimentos iniciais, 117
- 4.2 Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras, 118
- 4.3 Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais, 123
- 4.4 Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas, 127
- 4.5 Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias), 129
- 4.6 Eficácia jurídica × eficácia social, 130
- 4.7 Classificação da doutrina clássica, 131
- 4.8 Classificação de José Afonso da Silva, 136
- 4.9 Classificação de Maria Helena Diniz, 142
- 4.10 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 145
- 4.11 Classificação de Uadi Lammêgo Bulos, 146
- 4.12 Interpretação das normas constitucionais, 149
- 4.13 Métodos clássicos de interpretação das normas, 151
- 4.14 Princípios específicos de interpretação constitucional, 156
- 4.15 Métodos de interpretação constitucional, 162
- 4.16 Súmulas vinculantes e a interpretação das normas, 164

5 Controle de constitucionalidade: noções gerais, 167

- 5.1 Esclarecimentos iniciais, 167
- 5.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade, 167
- 5.3 Objeto do controle de constitucionalidade, 170
- 5.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade, 172
- 5.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade, 175
- 5.6 Parâmetro ou paradigma de controle de constitucionalidade, 178
- 5.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade, 180
- 5.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 181
- 5.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 183
- 5.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza, 185
- 5.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco, 186
- 5.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil, 189
- 5.13 Controle político, 189
- 5.14 Controle judicial, 192

6 Controle difuso no Brasil, 195

- 6.1 Esclarecimentos iniciais, 195
- 6.2 Controle difuso, 195
- 6.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, 197
- 6.4 O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 198
- 6.5 Teoria da transcendência dos motivos determinantes e a ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 202

- 6.6 Cláusula de reserva de plenário, 204
- 6.7 Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil, 208
- 6.8 O recurso extraordinário, 209
- 6.9 Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, 212
- 6.10 As súmulas vinculantes, 215
- 6.11 Controle difuso em ação civil pública, 221

7 Controle concentrado no Brasil: primeira parte, 225

- 7.1 Esclarecimentos iniciais, 225
- 7.2 Controle concentrado, 225
- 7.3 Efeitos da sentença no controle concentrado, 227
- 7.4 Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988, 229
- 7.5 Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn), 229
- 7.6 Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica, 230
- 7.7 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 233
- 7.8 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica, 235
- 7.9 O efeito vinculante da ADI e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo, 237
- 7.10 Princípio da “parcelaridade”, 238
- 7.11 Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”, 239
- 7.12 Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ADI, 240
- 7.13 A figura do *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica, 242
- 7.14 Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 243
- 7.15 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON), 245
- 7.16 Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade, 247
- 7.17 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 248
- 7.18 O *amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade, 249
- 7.19 Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade, 250
- 7.20 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 251
- 7.21 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 253
- 7.22 O *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 255
- 7.23 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 256
- 7.24 Principais regras procedimentais sobre a ADI por omissão, 257
- 7.25 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 260
- 7.26 Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 263
- 7.27 Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 264

8 Controle concentrado no Brasil: segunda parte, 267

- 8.1 Esclarecimentos iniciais, 267
- 8.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 268
- 8.3 Parâmetro de controle da ADPF, 270
- 8.4 Objeto da ADPF, 272
- 8.5 Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, 275

- 8.6 A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 277
 - 8.7 Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental, 279
 - 8.8 Principais regras procedimentais da ADPF, 283
 - 8.9 Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça, 286
 - 8.10 Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, 289
 - 8.11 Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, 291
 - 8.12 Da interpretação conforme a Constituição, 293
 - 8.13 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, 294
 - 8.14 Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 296
- 9 Remédios constitucionais: primeira parte, 301**
- 9.1 Esclarecimentos iniciais, 301
 - 9.2 Direitos fundamentais: conceito e características, 302
 - 9.3 Evolução histórica dos direitos fundamentais, 307
 - 9.4 Gerações de direitos fundamentais, 311
 - 9.5 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais, 315
 - 9.6 Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais, 317
 - 9.7 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais, 320
 - 9.8 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais, 322
 - 9.9 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais, 324
 - 9.10 Elenco dos remédios constitucionais, 326
 - 9.11 *Habeas corpus*, 329
 - 9.12 Hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, 331
 - 9.13 Hipóteses em que não cabe o *habeas corpus*, 335
 - 9.14 Modalidades de *habeas corpus*, 336
 - 9.15 Legitimação ativa e passiva do *habeas corpus*, 337
 - 9.16 Competência em matéria de *habeas corpus*, 339
 - 9.17 Principais regras procedimentais do *habeas corpus*, 341
 - 9.18 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, 344
 - 9.19 Mandado de segurança individual, 345
 - 9.20 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual, 346
 - 9.21 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual, 348
 - 9.22 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual, 350
 - 9.23 Competência em sede de mandado de segurança individual, 354
 - 9.24 Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual, 356
 - 9.25 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança, 360
 - 9.26 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento, 361
 - 9.27 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual, 362

- 9.28 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual, 367
- 9.29 *Habeas data*, 367
- 9.30 Hipóteses de cabimento do *habeas data*, 369
- 9.31 Legitimação ativa e passiva do *habeas data*, 372
- 9.32 Competência em sede de *habeas data*, 374
- 9.33 Principais regras procedimentais do *habeas data*, 375

10 Remédios constitucionais: segunda parte, 379

- 10.1 Esclarecimentos iniciais, 379
- 10.2 Mandado de segurança coletivo, 380
- 10.3 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo, 381
- 10.4 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo, 382
- 10.5 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo, 384
- 10.6 As espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo, 388
- 10.7 Competência em sede de mandado de segurança coletivo, 390
- 10.8 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo, 391
- 10.9 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo, 393
- 10.10 Principais súmulas do STF sobre o mandado de segurança coletivo, 396
- 10.11 Mandado de injunção, 397
- 10.12 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção, 398
- 10.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção, 400
- 10.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção, 401
- 10.15 Competência em relação ao mandado de injunção, 403
- 10.16 Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção, 403
- 10.17 Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 406
- 10.18 Ação popular, 407
- 10.19 Hipóteses de cabimento da ação popular, 409
- 10.20 Legitimação ativa e passiva da ação popular, 413
- 10.21 Competências em sede de ação popular, 416
- 10.22 Principais regras procedimentais da ação popular, 418
- 10.23 Súmula sobre a ação popular, 421
- 10.24 Ação civil pública, 421
- 10.25 Projeto de lei para readequação e modernização da ação civil pública, 424
- 10.26 Hipóteses de cabimento da ação civil pública, 426
- 10.27 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública, 428
- 10.28 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública, 429
- 10.29 Competência em sede de ação civil pública, 435
- 10.30 Da possibilidade de propositura de ação cautelar e da concessão de liminar em ação civil pública, 437
- 10.31 Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública, 439

- 10.32 Inquérito civil, 441
- 10.33 Termo de ajustamento de conduta, 444
- 10.34 Fundo de reparação de danos, 446
- 10.35 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado, 447
- 10.36 Demais regras procedimentais da ação civil pública, 451
- 10.37 Súmula sobre a ação civil pública, 454
- 10.38 Direito de petição, 454
- 10.39 Direito de certidão, 455

11 Organização do Poder Judiciário, 457

- 11.1 Esclarecimentos iniciais, 457
- 11.2 A organização do Poder Judiciário, 457
- 11.3 Previsão do quinto constitucional, 461
- 11.4 As garantias dos juízes, 462
- 11.5 As vedações impostas aos juízes, 464
- 11.6 A vedação ao nepotismo no Poder Judiciário, 464
- 11.7 A autonomia administrativa e financeira, 466
- 11.8 O Supremo Tribunal Federal, 466
- 11.9 O Conselho Nacional de Justiça, 469
- 11.10 O Superior Tribunal de Justiça, 471
- 11.11 Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais, 474
- 11.12 Os Tribunais e Juízes do Trabalho, 477
- 11.13 Os Tribunais e Juízes Eleitorais, 479
- 11.14 Os Tribunais e Juízes Militares, 481
- 11.15 Os Tribunais e Juízes dos Estados, 482
- 11.16 Funções essenciais à Justiça, 483
- 11.17 Ministério Público, 485
- 11.18 Princípios que regem o Ministério Público, 486
- 11.19 Autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público, 487
- 11.20 Garantias e vedações do Ministério Público, 488
- 11.21 Funções institucionais do Ministério Público, 490
- 11.22 Conselho Nacional do Ministério Público, 490
- 11.23 Advocacia Pública, 491
- 11.24 A Advocacia-Geral da União, 493
- 11.25 A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 498
- 11.26 Procuradoria-Geral Federal, 500
- 11.27 A criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e as competências delegadas à Procuradoria-Geral Federal, 505
- 11.28 Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, 508
- 11.29 Advocacia e Defensoria Pública, 510

Bibliografia, 513

Índice remissivo, 519